



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

Processo Nº 100 Exercício de: 2024

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 042/2024
Dispõe sobre outorgação ao Executivo para
celebrar acordo de parcelamento de dívida com
a Secretaria da Receita Federal do Brasil
(Ministério da Fazenda)

Nome: Executivo Municipal

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO
em Sessão de 28/06/24
[Assinatura]
PRESIDENTE

ATUAÇÃO

APROVADO	
Favoráveis	<u>08</u>
Contrários	<u>01</u>
Abstenções	<u>—</u>
<u>28/06/24</u> <u>[Assinatura]</u>	

Aos _____ dias do mês _____ de 20 _____, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.
Eu _____ Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP



Ofício DER-nº 037/2024

LIDO EM SESSÃO
DE 28/06/24
ANTONIO SILVA
PRESIDENTE

Jaguariúna, aos 27 de junho de 2024.

Senhor Presidente:

Por meio deste, encaminhamos, conforme anexo, o PROJETO DE LEI que dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar acordo de parcelamento de dívida com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda).

Cumpre informar que o Município ajuizou processo judicial junto a Justiça Federal em 2010, para efeito de questionar dívida fazendária, sendo que, recentemente, as razões da Fazenda foram acolhidas pelo Superior Tribunal de Justiça. Neste passo, é necessário realizar o parcelamento de débitos junto a Receita Federal. É de ressaltar que a dívida se refere ao período de 2005 a 2010.

Tratando-se de assunto urgente, solicitamos seus valiosos préstimos no sentido de convocar os Nobres Vereadores para uma sessão extraordinária até a data de amanhã, 28, de junho de 2024, visando deliberar a propositura.

Esperando contar com a aprovação dessa Casa de Leis, na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e demais Vereadores nossos protestos de consideração e apreço.

MARCIO GUSTAVO
BERNARDES
REIS:16505257888

Assinado de forma digital por
MARCIO GUSTAVO BERNARDES
REIS:16505257888
Dados: 2024.06.27 14:35:43 -03'00'

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	895
Fls. Nº	____ Livro Nº SISTEMA
27/06/24	____
Secretaria	



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

49
3
MUNICIPAL DA CIDADE DE

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CNPJ: 46.410.866/0001-71

RAZÃO SOCIAL: MUNICIPIO DE JAGUARIUNA

ENDEREÇO: ALFREDO BUENO, 1235,, - JAGUARIUNA/SP

CEP: 13910-001

ALERTA PARA AUTORREGULARIZAÇÃO

O objetivo deste contato é **promover a conformidade tributária**. É uma oportunidade para você avaliar as inconsistências detectadas pela Receita Federal e promover a autorregularização.

Para facilitar, segue a lista das inconformidades encontradas nos sistemas da Receita Federal:

Declarações NÃO entregues (detalhamento ANEXO I)

CNPJ Declaração	Declaração/Escrituração Ausente	Quantidade de Períodos Omissos
46.410.866/0001-71	Não identificada omissão de declaração/escrituração	0

Diferenças entre os débitos declarados em DCTF e apurados nas escriturações (detalhamento ANEXO II)

Ano	Diferença EFD ICMS/IPI x DCTF (IPI)	Diferença EFD-contribuicoes x DCTF	Diferença ECF x DCTF	Total NAO Declarado	Quantidade de Períodos Omissos
-	Não foi identificada omissão de débitos em DCTF	-	-	0,00	0,00

Resumo dos débitos na situação devedor (Detalhamento ANEXO III)

Código de Receita	Descrição	Saldo Devedor
1138	CONTRIB PREVIDENCIÁRIA EMPRESA/EMPREGADOR	66.663,03
1646	CONTRIB PREV RISCO AMBIENTAL/APOSENT ESPECIAL	22.529,44
2414	GLOSA DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LANÇ OF	4.719.311,07

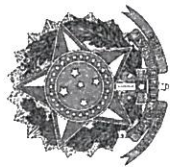
Resumo dos débitos declarados em GFIP na situação devedor (Detalhamento no ANEXO IV)

NI do Débito	Saldo Devedor
-	Não foram encontrados débitos exigíveis

Resumo das divergências GFIP x GPS (Detalhamento ANEXO V)

NI do Débito	Saldo Devedor
-	Sem divergências

Saldo Devedor	Valor DAU (Ativa)	Divida TOTAL (RFB+PGFN)	ATIVO (Balanço Patrimonial)
		4.808.503,54	0,00



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



ANEXO I - Períodos com Omissão de Declarações

CNPJ Declaracao		Tipo de Declaracao		Período de Apuracao Ausente	
-----------------	--	--------------------	--	-----------------------------	--

DCTF

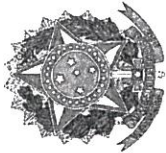
CNPJ Declaracao	Mes (DCTF)	Ano (DCTF)	Total Nfe Entrada	Total Nfe Saída	Debito ECF	Debito EFD-Contribuicoes	Debito EFD-ICMS/IPI
-----------------	------------	------------	-------------------	-----------------	------------	--------------------------	---------------------

CNPJ Declaracao	Mes (DCTF)	Ano (DCTF)	Hash da EFD-ICMS/IPI	Recibo EFD-Contribuicoes	Recibo da ECF
-----------------	------------	------------	----------------------	--------------------------	---------------

ECF

Ano	Movimento NFe (entrada e saída)	Total Nfe Entrada	Total Nfe Saída	Recibo DCTF	Recibo EFD-Contribuicoes
-----	---------------------------------	-------------------	-----------------	-------------	--------------------------





ANEXO III - Débitos Exigíveis

NI do Débito	Código de Receita	PA/EX.	Vencimento	Valor Original	Saldo Devedor
46.410.866/0001-71	1138	03/2024	19/04/2024	233.662,34	66.663,03
46.410.866/0001-71	1646	03/2024	19/04/2024	78.966,18	22.529,44

NI do Débito	Nº Processo	Auto de Infração	Código de Receita	PA/EX.	Vencimento	Valor Original	Saldo Devedor
46.410.866/0001-71	10830721906201456	5563097	2414	01/2011	18/02/2011	1.140.000,00	1.140.000,00
46.410.866/0001-71	10830721906201456	5563097	2414	02/2011	18/03/2011	369.311,07	369.311,07
46.410.866/0001-71	10830721906201456	5563097	2414	11/2010	20/12/2010	1.160.000,00	1.160.000,00
46.410.866/0001-71	10830721906201456	5563097	2414	12/2010	20/01/2011	1.080.000,00	1.080.000,00
46.410.866/0001-71	10830721906201456	5563097	2414	2010	20/12/2010	970.000,00	970.000,00





MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

ANEXO V - Divergências GFIP x GPS

NI	Competência	Valor
----	-------------	-------





Prefeitura do Município de Jaguariúna

Rua Alfredo Bueno, 1235 – Centro – Caixa Postal 20 – CEP 13910-027 – Tel. (19) 3867-9700 – Fax (19) 3867-2856
Jaguariúna- SP

1 de 1



PROJETO DE LEI Nº 042 /2024.

Dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar acordo de parcelamento de dívida com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda).

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS, Prefeito do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar acordo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda para extinção dos créditos tributários relativos à revisão dos lançamentos de contribuições previdenciárias – parte patronal (empresa e RAT) e incidentes sobre as remunerações creditadas aos segurados empregados a título de terço constitucional de férias e horas extras, no período de novembro de 2005 a outubro de 2010, referentes ao processo administrativo nº 10830-721.906/2014-56, em até 120 (cento e vinte) parcelas.

Parágrafo único. Poderão integrar o parcelamento o valor principal e respectivos juros, multas, correção e atualização monetárias e demais acréscimos legais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Jaguariúna, aos 27 de junho de 2024.

MARCIO GUSTAVO
BERNARDES
REIS:16505257888

Assinado de forma digital por
MARCIO GUSTAVO BERNARDES
REIS:16505257888
Dados: 2024.06.27 15:09:17 -03'00'

MÁRCIO GUSTAVO BERNARDES REIS
Prefeito



APROVADO	
Favoráveis	08
Contrários	01
Abstenções	—
28/06/24	

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 28/06/24
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 042/2024



PARECER DO RELATOR ESPECIAL DESIGNADO ao Projeto de Lei nº 042/2024

Autoria: **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO.**

Relator Especial Designado: **ILUSTRÍSSIMO VEREADOR**

Parecer: **FAVORÁVEL.**

LIDO EM SESSÃO
DE 28/06/24
Maurício Silva
PRESIDENTE

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito, o Projeto de Lei nº 042/2024 dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar acordo de parcelamento de dívida com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda).

No mérito, o projeto prevê, em síntese que, o Poder Executivo ficará autorizado a celebrar acordo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda, para extinção dos créditos tributários relativos à revisão dos lançamentos de contribuições previdenciárias – parte patronal (empresa e RAT) e incidentes sobre as remunerações creditadas aos segurados empregados a título de terço constitucional de férias e horas extras, no período de novembro de 2005 a outubro de 2010, referentes ao processo administrativo nº 10830-721.906/2014-56, em até 120 (cento e vinte) parcelas.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 042/2024



Na Justificativa, esclarece o Senhor Prefeito que o Município ajuizou processo judicial junto a Justiça Federal em 2010, para efeito de questionar dívida fazendária, sendo que, recentemente, as razões da Fazenda foram acolhidas pelo Superior Tribunal de Justiça. Assim, é necessário realizar o parcelamento de débitos junto a Receita Federal.

O valor total da dívida é equivalente a R\$ 4.808.503,54 (oito milhões, oitocentos e oito mil, quinhentos e três reais e cinquenta e quatro centavos).

Por fim, consta que pretende parcelar o débito em até 120 parcelas.

É o Relatório.

Com este relatório, compete a este relator designado exarar parecer sobre a legalidade, conveniência e oportunidade do projeto de lei em epígrafe.

A competência para propor projetos de parcelamento de dívidas e outras operações de crédito é do Prefeito, mas, é necessária prévia autorização do Câmara Municipal, consoante estabelecido no artigo 63, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município, nos seguintes termos:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 042/2024

“Art. 63 - Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

*XXV - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante
prévia autorização da Câmara.”*


Portanto, verifica-se que a presente proposta veio acompanhada de todos os requisitos necessários para sua discussão e votação.

Ademais, o Projeto de Lei nº 042/2024 é legal, conveniente e oportuno.

Desta forma, o Projeto de Lei está apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Portanto, favorável é o parecer, *ad referendum* do Plenário.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 28 de junho de 2024.


VEREADOR SILVÍO LUIZ T. MENEZES
Relator Especial Designado



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 018/2024

DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O Vereador ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:-


CONVOCAR Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para o dia 28/06/24 (sexta-feira), às 17h00, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria:

EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

- ✓ Projeto de Lei, de autoria do Executivo Municipal, encaminhado pelo Ofício DER nº 037/2024 – Dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar acordo de parcelamento de dívida com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda)

Para conhecimento dos Senhores Vereadores fez valer este Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais.

Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 27 de junho de 2024.


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.


Cretusa Ap. Gomes
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 042/2024.

Dispõe sobre autorização ao Executivo para celebrar acordo de parcelamento de dívida com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda).

A Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar acordo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda para extinção dos créditos tributários relativos à revisão dos lançamentos de contribuições previdenciárias – parte patronal (empresa e RAT) e incidentes sobre as remunerações creditadas aos segurados empregados a título de terço constitucional de férias e horas extras, no período de novembro de 2005 a outubro de 2010, referentes ao processo administrativo nº 10830-721.906/2014-56, em até 120 (cento e vinte) parcelas.

Parágrafo único. Poderão integrar o parcelamento o valor principal e respectivos juros, multas, correção e atualização monetárias e demais acréscimos legais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna, 28 de junho de 2024.


VEREADOR ROMILSON N. SILVA
Presidente


VEREADOR JOSÉ MUNIZ
Vice-Presidente


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Primeiro Secretário


VEREADOR SILVÍO LUIZ TELLES DE MENEZES
Segundo Secretário

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.


Creusa Ap. Gomes
Diretora Geral